

**O ENIGMA DA COR:
DISSERTAÇÃO SOBRE A VARIEDADE DAS CORES
DA ESPÉCIE HUMANA**

Maria do Rosário Pimentel
Universidade Nova de Lisboa

Na Época Moderna, a revisão dos saberes e a formulação de explicações convincentes exigiram, relativamente ao ser humano, explicações sobre o seu aparecimento e evolução. Influências do meio ambiente e social, factores biológicos, forças intrínsecas e extrínsecas, processos evolutivos e degenerativos, pressupostos religiosos foram argumentos apresentados, como factores de diversidade. Invocaram-se autoridades, confrontaram-se teorias antigas com testemunhos modernos, abalizaram-se conceitos, sondou-se a ordem divina. O manuscrito português intitulado Dissertação sobre a variedade das cores da espécie humana (1799), cuja transcrição apresentamos em anexo, integra-se nesta problemática transversal a épocas e lugares. O autor incide sobre a razão das diferenças de cor dos homens a partir da conjugação dos factores hereditários e do meio ambiente.

Palavras-chave: cor, monogenismo, poligenismo, género humano, escravatura.

Ao longo da pesquisa que temos vindo a desenvolver sobre a problemática cultural da escravatura na Época Moderna, verificámos que a questão da cor, directa ou indirectamente, era recorrente. Perceber a argumentação utilizada e sua evolução ao longo do percurso histórico manifestava-se imperioso para a compreensão dos vários tipos de discursos, teórico e prático, que invocavam como fundamento as características físicas dos indivíduos.

Em Portugal, a referência à diversidade de aspectos somáticos e culturais de outros povos tornou-se frequente com os Descobrimentos. Todavia, classificada ou não pelo olhar dos memorialistas, cronistas, missionários, homens de negócios ou nautas, a referência surge avulsa, em descrições analógicas daquilo que se observava mas que ainda não se compreendia no seu todo. A novidade surge assim na franja, no limite, do conhecimento; no entanto, com uma força renovadora de saberes que se prolonga e acrescenta ao longo dos séculos posteriores.

Apesar de em número reduzido, textos e traduções impressos revelam bem que um sector de portugueses instruídos se preocupava com as questões da cor, da sua proveniência, e acompanhavam a evolução das teorias que iam surgindo a propósito, no pensamento europeu. Queremos acrescentar a esse número de publicações o manuscrito intitulado *Dissertação sobre a variedade das cores da espécie humana*, procurando contextualizar as questões nele equacionadas, que constituem temas e problemas transversais a épocas e lugares.

Os contactos directos com povos e culturas desconhecidos ou imaginados, que os Descobrimentos e o movimento expansionista europeu proporcionaram, tornaram evidente a diversidade humana, conduzindo à quebra da unidade do género humano formulada a partir do modelo adamita e à transformação do conceito de humanidade. Homem era, ao abrigo do conceito tradicional, aquele que se assemelhava aos habitantes do mundo árabe/cristão e que se pensava estar na linha directa da descendência de Adão. Para além destes, admitia-se a existência de monstros antropóides de estranhos costumes e feições disformes, identificados com as raças híbridas dos antigos, possuidoras de alguns atributos humanos. Estas concepções repousavam sobre o esquema antropológico que a Igreja sancionava com a obra da criação revelada na Bíblia: Deus criara todos os grupos de seres vivos que, obedecendo à vontade do criador, mantiveram a perfeição inicial. Durante séculos, qualquer ousadia que pusesse em dúvida a linhagem adamita e a fixidez das

espécies da criação divina era considerada herética pelas autoridades.

As revelações de um “mundo novo a nenhum outro igual” exigiram, inevitavelmente, a revisão de saberes e a formulação de explicações convincentes. No que respeitava ao ser humano era fundamental esclarecer como apareceu e evoluiu a humanidade, se existia, de facto, uma divisão entre homens e não homens ou várias espécies de homens, se o europeu, perante outros povos, apresentava uma especificidade e ainda, a nível mais profundo, procurava-se delimitar a própria essência do ser humano num mundo onde o reconhecimento da diversidade biológica e cultural iria constituir o lastro da identidade do homem moderno.

Influências do meio ambiente e social, factores biológicos, forças intrínsecas e extrínsecas, processos evolutivos e degenerativos, pressupostos religiosos foram argumentos apresentados, como factores de diversidade. Invocaram-se autoridades, retomaram-se teorias antigas, agora confrontadas com o testemunho de viajantes, abalizaram-se conceitos, observaram-se os vivos, dissecaram-se os mortos, procuraram-se os caprichos da natureza, sondou-se a ordem divina. E todos, filósofos, cientistas, políticos, teólogos, detentores de um modelo construído à imagem e semelhança do europeu, racionalizaram diferenças pela lógica do oposto. Uma coisa parecia certa à maioria dos espíritos: as dissemelhanças faziam crer que o homem não era o mesmo por todo o lado e as diferenças afiguravam-se significativas.

Sobretudo em relação aos traços fisionómicos do negro, as indagações foram uma constante. Desde a antiguidade clássica que a cor negra da pele era alvo de explicações variadas, cruzando fantasias e realidades. A tradição mítica grega, segundo Ovídio, enraizava na trágica aventura de Faetonte, a origem da cor dos etíopes, que o carro do sol crestara ao aproximar-se da terra. Todavia, exteriormente ao mito, desde Hipócrates que o pensamento antigo procurava justificar pela influência do meio físico (clima, temperatura, humidade, luz) as diferenças existentes entre os homens. Nestas interpretações filosóficas radica a teoria dos climas, posteriormente muito utilizada, que partia do princípio de

que as temperaturas extremamente baixas ou elevadas brutalizavam o homem, ao contrário do clima temperado que favorecia o seu desenvolvimento.

Na época das grandes navegações, a ideia de que as viagens para sul, nesse mar desconhecido, conduziam a regiões onde o calor excessivo influía sobre os corpos, enegrecendo-os, foi invocada para explicar medos e dificuldades em recrutar marinheiros. Acreditavam que as diferentes tonalidades da pele correspondiam à variação de climas e associavam a pigmentação escura, próxima da cor da terra, à ideia de corrupção, à animalidade e, por consequência, ao afastamento da perfeição divina.¹ Interpretações que o tempo arrastou, acabando por se reflectir nos juízos sobre os homens.

Todavia, no século XVI, o negro já não era identificado com os monstros antropóides das velhas teorias. Não deixava, por isso, de ser portador de estranhos costumes que o aproximavam do “homem selvagem”. Concediam-lhe humanidade mas remetendo-o para um estádio próximo da animalidade. Os traços distintivos, físicos e culturais, eram vistos como anomalias atribuídas à acção da natureza, do homem ou de Deus. A princípio, essas diferenças que pressupunham inferioridade eram tão-só identificadas com um estádio civilizacional pouco desenvolvido, embora tendo possibilidades intrínsecas de amadurecimento, o que permitia, a longo prazo, a passagem da selvajaria à barbárie e desta à civilização. Posteriormente, passaram a ser apresentadas como uma realidade estrutural aos próprios indivíduos (Davidson 21).

Justificações e hierarquias civilizacionais foram sendo estabelecidas, ora partindo da concepção de degeneração, ora da ideia de evolução, inspiradas não só nos autores clássicos, mas também em novas correntes do pensamento. Se a Europa representava a civilização mais avançada do mundo,

¹ André de Thévet, cosmógrafo francês, dá voz a este argumento ao manifestar, na *Cosmografia Universal*, escrita em 1575, a opinião de que o calor tropical tinha dissipado os “elementos mais subtis” dos corpos dos africanos, deixando só “a parte terrestre que tomava a cor e a consistência da terra” (Cohen 345-348).

fruto de um extraordinário desenvolvimento desde tempos recuados, e se a progressão era positiva e unilinear, os grupos humanos que se pautavam pela diferença só podiam ter estagnado ou degenerado.

Tradicionalmente a cor negra era interpretada como sinónimo de desgraça, tristeza, sofrimento e morte. Mas estas associações, que não iam muito além de uma leitura simbólica das cores, passaram, com a introdução de certos argumentos religiosos, a representar, de igual modo, as trevas, a acção demoníaca, a depravação, o desregramento e a impureza.² A negrura da pele surge relacionada com a perversidade, a corrupção e o crime, dando origem a um preconceito terrível: a cor era símbolo de acção pecaminosa e correspondia ao castigo divino que se prolongava de geração em geração.

Mas, no vasto horizonte destas explicações que implicavam mudanças, degenerativas ou progressivas, estiveram igualmente presentes as influências sociais e do meio ambiente, invocadas como agentes definidores de características raciais e impulsionadores de processos civilizacionais. A cor e os traços fisionómicos dos negros chegam a ser atribuídos às pinturas negras feitas pelas mães durante a gravidez, à acção de certas substâncias químicas ou óleos que provocavam essa “icterícia negra”, a certos hábitos ou concepções estéticas e mesmo como sendo resultantes do poder da imaginação. As bocas rasgadas, os lábios grossos e os narizes chatos não eram mais do que deformidades impostas pelos próprios pais após a nascença das crianças ou por práticas, como o de andarem desde tenra idade ligadas às costas das mães.

Para os naturalistas do século XVIII, a influência do clima e de outros factores ambientais parecia decisiva e provada

² A noção de degeneração, perspectivada na linha de pensamento da doutrina judaico-cristã da corrupção do espírito humano, na sequência do pecado original, torna-se um tema recorrente para justificar a condição inferior de populações não europeias. Implícita nesta ordem de argumentos estava a identificação dos negros com os descendentes de Caim, que assassinara o irmão Abel, e com a progenitura de Cam, filho amaldiçoado de Noé. As interpretações religiosas lançaram sobre a cor o estigma do pecado extensivo a gerações sucessivas.

através da acumulação de dados empíricos. Matizando a velha teoria dos climas com novos argumentos, concluíam que a diferença de tonalidade da pele resultava da acção prolongada do meio ambiente. Assim, a descendência de um negro emigrado para uma zona temperada acabaria por ficar branca com o tempo, tal como um branco ficaria negro após uma permanência prolongada numa zona de intenso calor.

Esta justificação, no entanto, mostrava-se desajustada da realidade. A relação de causa/efeito entre clima e cor da epiderme não era constante e desde há muito que alguns viajantes vinham anotando a fragilidade ou, pelo menos, a insuficiência deste argumento. O português Duarte Lopes foi um desses viajantes por terras de África que, na segunda metade do século XVI, era de opinião que a cor resultava “da natureza da semente”, pois nasciam homens quase brancos debaixo da equinocial, como acontecia no reino de Melinde, em Mombaça e também em São Tomé, nas famílias portuguesas aí residentes. Perante tais factos, deduzia que não era o calor do sol que provocava a cor negra, como julgavam os antigos, “pois o que se apurava pela experiência era que a proximidade com as terras quentes era equivalente ao escurecimento gradual da pele dos nativos”. A pretensão do autor, no entanto, mais do que decifrar o fenómeno, era advertir “os que investiga[va]m os efeitos da natureza e os filósofos que especula[va]m se a cor negra é produto do Sol ou de outra causa mais oculta” (Pigafetta and Lopes 18, 98).

A acção do clima não explicava o que era evidente: se o sol provocava a pigmentação escura do africano por que razão certos povos vivendo no Equador, como os da América do sul, não eram negros? A chave do enigma surge, com frequência, associada à natureza do solo assim como a outros elementos peculiares do meio ambiente de cada continente que, assimilados através do ar, da humidade, da alimentação, davam aos homens características diferentes.

Mas a teoria dos climas é invocada para explicar muito mais do que a simples cor da pele. Os pensadores modernos, ao valorizarem a natureza, renovaram as especulações antigas e estabeleceram uma relação causal entre o clima e a vida dos seres vivos, a índole de cada povo e as estruturas

ético/políticas. Montesquieu, na pegada de l'Abbé d'Espiard, seu contemporâneo, e do teórico político do século XVI Jean Bodin, desenvolveu a teoria que atribuía ao clima uma acção determinante sobre o carácter humano, a vida social e a civilização. Defendeu que o clima quente das regiões tropicais imprimia nos indivíduos uma determinada propensão para os prazeres físicos e para a preguiça, bem como uma certa incapacidade para empreendimentos nobres. Classificou-os de inferiores, ou mesmo, relativamente à maior parte dos povos africanos, de selvagens ou bárbaros, o que se evidenciava na própria forma como comerciavam (204, 286). Esta situação justificava o estabelecimento de um poder despótico e o direito de escravizar (Pimentel 203-204).

O Filósofo Solitário, publicado em Lisboa em 1786, divulgou em língua portuguesa muitas destas ideias que preenchiam discursos filosóficos que circulavam pela Europa (Silva 305-307). A cor “dos homens são” surge, nesta publicação, directamente dependente da intensidade solar e de factores como a morfologia do solo, as correntes de ar marítimo, os ventos, a densidade da vegetação que poderiam diminuir a intensidade do calor e explicar as diferentes colorações da pele (75). A sua acção não determinava apenas a cor; alterava a própria estrutura física e psíquica do indivíduo, sendo estas diferenças, mais uma vez, interpretadas como traços que caracterizavam a inferioridade dos negros cuja “fraqueza do discurso” era a “degradação mais fatal” que o clima neles produzia. Nas regiões temperadas, o sol vivificava a máquina humana e dava força aos órgãos; na zona tórrida, era o flagelo do género humano e o túmulo da sua própria natureza.

A raiz das diferenças também foi procurada, desde finais do século XVII, em razões intrínsecas à própria constituição física do homem. Começa a tomar forma a elaboração das justificações de ordem biológica. Para essa análise específica, apelava François Bernier, em 1684, ao escrever no *Journal des Sçavans* o artigo “Nouvelle division de la terre”, onde defendia que era necessário procurar a causa da cor negra no contexto dos seus corpos, no sêmen ou no sangue que se mantinham iguais em todo o lado. As antigas

crenças de carácter religioso ou ambientais continuavam activas, mas estavam longe de dar uma resposta satisfatória a estas questões. Jean Baptiste Souchay, em 1738, no *Essai sur les erreurs populaires*, já repercutia o cepticismo da opinião pública quanto à aceitação exclusiva dos argumentos da maldição divina ou da acção solar, como principais razões da negrura dos africanos. As causas, refere, pareciam-lhe tão obscuras como os efeitos (Hoffmann 47).

Rapidamente se passou de factores externos e acidentais para agentes internos ao indivíduo. Só o meio não podia justificar todas as diferenças físicas existentes. A cor negra passava a ter explicação na secreção biliar que, segundo Pierre Barrère, era nos africanos de uma cor negra muito acentuada ou, então, segundo as deduções do médico Le Cat, derivava de um líquido especial presente no sistema nervoso (Cohen 122). Na segunda metade de setecentos, a teoria que afirmava ser uma força intrínseca a produzir as diferenças conquistou terreno entre os sábios.

Paralelamente à valorização da estrutura interior de cada indivíduo, os homens de ciência começaram a evocar a possível transformação das espécies umas nas outras e a considerar que o mundo vivo resultava dessa imensa dinâmica. Suposições alimentadas por um sem número de relatos de viagens, amplamente divulgados e que traziam notícias de seres classificados como medianeiros entre o homem e o animal, que a literatura da época nomeava de “pigmeus”, “bugios”, “pongos” ou “orangotangos” – o que significa “homens do bosque”.

O imaginário das Luzes soltou então amarras neste campo fértil e deu vida às mais fantásticas concepções que explicavam a origem da diversidade da espécie. Bem explícito é o comentário de Pomeau, no livro *Voyage et Lumières dans la littérature française du XVIII siècle*, ao salientar que “la philosophie des lumières fait coexister les mythes et la critique qui ruine ces mythes” (Cohen 98). Mas também será importante não esquecer que a ousadia desses tempos, em que os autores procuravam a ordem – por vezes, estabelecendo mais desordem – ajudaram a compreender a dimensão do ser humano cuja unidade essencial, de simples

evidência da observação, se tornou, no âmbito das inovações científicas, uma importante conquista do Século das Luzes.

Os progressos do conhecimento não acabaram, no entanto, com resquícios de antigas concepções antropológicas. Já não havia dúvidas quanto à humanidade do negro, mas permanecia a dúvida quanto a uma origem comum. Em 1789 M. Lamiral, na obra *De l'Afrique et des Africains* caracterizava o negro como um homem estúpido, quase bruto, separado desse estado de brutalidade apenas por um intermediário que vivia isolado nos bosques, em estado selvagem, e que ninguém ainda testemunhara. Acima desse ser, colocava o autor, o negro. Todavia, não lhe concedia qualquer atributo humano, situando-o entre os animais que apenas existiam para servir e era necessário submeter. A inteligência divina ao reflectir-se, em maior ou menor quantidade, sobre cada ser, determinava, a cada um, o lugar na cadeia geral dos seres da natureza.³ Os negros eram os que menos recebiam e, portanto, dada a sua inferioridade e animalidade, deviam ser escravos (Lauthenas 33-38).

³ Uma das ideias muito em voga no século XVIII era, precisamente, a existência de uma ligação em cadeia entre todos os seres da Natureza. Esta visão tinha sido conceptualizada desde tempos clássicos e medievais em termos de uma Grande Cadeia de Seres vivos fixa e imutável (deste modo, as graduações da cadeia não reflectiam qualquer noção de transformação, mudança ou evolução), e permaneceu até ao século XIX como base da maioria das especulações europeias sobre o lugar do homem em relação aos animais. Cada criatura teria uma determinada razão de ser e seria um elo dessa “chaîne immense des êtres”, como lhe chama Condorcet, que ligava as coisas inanimadas a Deus, passando pelas mais rudimentares formas de vida até ao homem, mantendo um relacionamento de dependência. Assim, poderiam existir, nalguma parte do mundo, homens tão próximos da fronteira com os animais que porventura a sua humanidade seria quase irreconhecível. Ou seja, humanóides superiores aos animais, mas inferiores, intrinsecamente, ao homem europeu. Esta ideia foi retomada por anatomistas e naturalistas como William Petty ou Edward Tyson que assinalam com o seu trabalho o começo de uma busca cada vez mais intensa por estes elos perdidos. No final do século XVII, uma ligação como esta, entre o homem e o macaco foi supostamente encontrada nos Hotentotes ou Khoi-Khoi do Cabo da Boa Esperança. Os africanos surgem como uma espécie distinta que constituía o elo entre o homem e os animais. A crença dos monogenistas no conceito da Grande Cadeia de Seres favoreceu a classificação e a hierarquização da própria espécie humana.

Nas primeiras décadas do século XIX, o debate entre a teoria transformista protagonizada por Lamarck e Geoffroy Saint-Hilaire e a fixista que defendia a imutabilidade das espécies, defendida por Curvier, galvanizou interesses e agitou discussões na Europa culta.

Em Portugal, o padre João Loureiro,⁴ numa memória apresentada a 25 de Janeiro de 1784, na Academia Real das Ciências de Lisboa, e posteriormente publicada em 1799, no segundo tomo das *Memórias de Matemática e Física da Academia Real das Ciências de Lisboa*, tinha como principal objectivo demonstrar que sempre existiu uma só espécie de homens, todos descendentes do mesmo Pai. Esta questão era para ele um artigo de fé. A fundamentação religiosa, no horizonte das novas ideias que a punham em causa, surge como sendo a grande preocupação do autor; a explicação da diversidade, que absorveu tantos dos seus contemporâneos, está, porém, completamente ausente do seu discurso. As motivações religiosas não o limitaram, no entanto, à autoridade da Igreja, procurando apoio para os seus raciocínios nas teorias de Buffon, dos anatomistas ingleses Tyson e Cowper e ainda no Dicionário Inglês das Artes e Ciências; a experiência pessoal ou de viajantes também é um dado a que com frequência recorre. Todavia, como homem da Igreja que era, João Loureiro defende um monogenismo assente na fundamentação religiosa.⁵

⁴ Sobre o autor, refere Christovam Ayres, segundo uma carta do Visconde de Barbacena de 23 de Março de 1782, dirigida a Vandelli, ser um jesuíta português da Cochinchina que a Academia tinha já há muitos meses eleito correspondente; aí se dizia que tinha chegado a Lisboa há pouco tempo, era grande botânico, muito observador e também membro da Sociedade Real de Londres (Ayres 85).

⁵ João Loureiro faz a distinção entre o homem propriamente dito, ser racional, superior e com discurso, e os animais com mais ou menos aparência humana. Partindo das características mais distintivas do homem, a linguagem e a reflexão, inclui na mesma espécie o “Homem Nocturno ou Albino” e o “Troglodita”, opondo-se ao esquema apresentado por Lineu que divide a humanidade em duas espécies: na primeira, incluía o “Homo Sapiens” e o “Homo Diurnus”, na segunda, o “Homo Troglodytes”, o “Homo Nocturnus”, o “Homo Sylvestris” e o orangotango. O autor refuta, igualmente, as teorias antigas de Heródoto, Pomponio Mela, Plínio e os testemunhos de viajantes modernos em que

No pensamento antropológico iluminista, mantinha-se como dominante a corrente monogenista que defendia a unidade da espécie humana, sendo a diversidade resultante de forças ou acções posteriores.⁶ São monogenistas as religiões que proclamam a unidade da espécie humana, mas também o são os naturalistas mesmo mais marcadamente transformistas, segundo os quais toda a humanidade actual tem uma só espécie animal como seu imediato ascendente. Não coincidem, porém, as árvores genealógicas propostas por esses naturalistas para o ser humano. Era uma teoria antiga que tinha o apoio da Igreja e que congregava a maioria dos filósofos e naturalistas europeus mais proeminentes da época. Todavia começava a afirmar-se a ideia de que a humanidade não tinha uma única ascendência. A tese poligenista, daí resultante, advogava uma origem separada das raças e a ausência de qualquer parentesco ou afinidade entre elas. Esta tese, que até ao século XIX apenas exerceu uma fraca influência, não esteve, contudo, sem partidários desde o século XVI.⁷

Lineu também se fundamentara para classificar de homens os orangotangos; o autor não hesita em os colocar entre os animais, dado que o facto de serem designados “homens do mato” não significa que sejam verdadeiros homens; pelo contrário, são verdadeiros brutos que com figura de homens habitam nos matos. A questão da semelhança de alguns animais com o homem não é escamoteada pelo autor. Por um lado, considera “ser a forma humana essencialmente diversa da dos brutos” dado ser racional e “por ser racional é espírito e por ser espírito é imortal”; por outro lado, rejeita que essa semelhança resulte do cruzamento de animais com indivíduos da verdadeira espécie humana. Mais uma vez, não só se opõe a Lineu, que coloca na origem dos orangotangos estes cruzamentos, mas também às teorias que sustentam não ser a forma humana essencialmente diversa da de outros animais, porque pode proceder deles (Loureiro, 64-70, 74-75).

⁶ São monogenistas as religiões que proclamam a unidade da espécie humana, mas também o são os naturalistas mesmo mais marcadamente transformistas, segundo os quais toda a humanidade actual tem uma só espécie animal como seu imediato ascendente. Não coincidem, porém, as árvores genealógicas propostas por esses naturalistas para o ser humano.

⁷ Certos pensadores do século XVI, tais como o médico alemão Paracelsus, Lucilio Vanini, Guillaum de Conches, Leonardo de Vinci e Giordano Bruno, revelaram-se contra a posição francamente monogenista da Igreja que recusava qualquer explicação da origem do homem que não fosse a do Génesis. O francês Isaac de la Peyrère foi um dos primeiros

Quer para monogenistas quer para poligenistas, as desigualdades eram sempre um factor a considerar. Para os primeiros, seriam uma consequência das degenerações ou estagnações que, ao longo do tempo, ocorreram no género humano, provocadas por circunstâncias históricas ou geográficas. Se em teoria as doutrinas monogenistas afirmavam a origem comum de todos os homens, atribuindo as diferenças unicamente a factores externos e acidentais, acabavam na prática por conduzir à existência de uma hierarquia entre os vários tipos de homens. Estavam longe de ser igualitárias mas, essencialmente, eram discriminatórias, porque degenerar é sair da norma. Para os poligenistas as desigualdades resultavam da acção da própria Natureza que estabelecia entre os vários seres, incluindo o homem, uma hierarquização das diferenças físicas e psíquicas.

No século XVIII, dado que a Igreja era oficialmente o garante do monogenismo, a postura poligenista surge como atitude contestatária ao poder eclesiástico. Esta reacção levou à procura de justificações para a diversidade humana não nos planos divinos mas no estudo das forças da natureza. Opunha-se ciência à religião e procurava-se saber se o homem era feito à imagem do seu criador e destinado à ressurreição ou se a sua longa história mergulhava raízes no infra mundo animal. Voltaire, por exemplo, não hesitou em atacar a Igreja utilizando este tipo de argumentação que ameaçava arruinar toda a visão bíblica da criação do homem.

pensadores franceses a aderir à ideia poligenista que expôs na obra *Praeadamitae*, publicada em 1655. Recusando-se a aceitar uma estirpe comum, sugeria que os não-europeus tinham uma origem independente da criação de Adão, que poderia ser animal (através do macaco) ou, seguindo Paracelsus, que se baseava em Aristóteles (para quem este tipo de geração era próprio de seres biologicamente imperfeitos), teriam sido gerados espontaneamente pela terra. Para Peyrère, as diferenças entre brancos e negros eram de tal forma fundamentais que não lhe era possível conceber que eles tivessem os mesmos ancestrais. Se o homem branco descendia de Adão, os outros deveriam ter uma origem diferente remontando a uma época pré-adamita. As suas opiniões rotuladas de heresia valeram-lhe a permanência na prisão; mais tarde retractou-se. Mas a proibição das autoridades eclesiásticas não impediu que outros pensadores professassem a mesma convicção.

Da ligação das teses ecológicas com as biológicas resultou uma teoria intermédia que preconizava a existência de alterações biológicas, provocadas pelo meio e transmissíveis de geração em geração. Em torno deste núcleo de ideias estruturaram-se outras interpretações, defendendo que os negros deviam ser uma espécie diferente do resto da humanidade. Conclusão reforçada pelas teorias de cientistas como Buffon e Pierre de Maupertuis que, no entanto, acreditavam na unidade da raça humana.

Buffon considerava inaceitável a ideia de que as crianças africanas nasciam brancas e depois se tornavam negras devido à acção solar porque, afirmava, esta coloração particular é transmitida de pais para filhos e só um longo período de tempo a poderia alterar. A cor negra não deveria ser considerada uma qualidade específica, mas antes adquirida, em consequência de um calor extremo cuja acção, prolongada e constante, a tornou hereditária. Negros e brancos tinham a mesma origem e eram membros da mesma espécie. Mas, para Buffon, assim como para a maior parte dos teóricos do século XVIII, o homem branco representava a norma, o negro era o desvio. As análises partem sempre do pressuposto de que o branco é a cor original. Esta hipótese parece ter encontrado fundamento na relativa brancura dos negros ao nascerem e ainda na existência de albinos africanos, que representavam a fase final da degeneração, altura em que a cor branca aparecia de novo mas com uma tonalidade muito diferente da cor original.⁸ A cor negra era, portanto, um desvio, uma espécie de aberração ou doença; por motivos climáticos e reacções químicas, os africanos tinham “degenerado”, para usar o termo de Buffon (292-295).

Foi o próprio Buffon que, em pleno século das Luzes, sistematizou estas ideias, há muito largamente aceites, ao aperceber-se de que o género humano não era constituído por espécies essencialmente diferentes mas diferentes variedades da mesma espécie, estando qualquer indivíduo, independentemente do grupo a que pertencia, sujeito a

⁸ Buffon, Blumenbach e Pierre de Maupertius apontavam o albinismo em África como prova da cor original do homem (Dias 110).

degenerar ou a aperfeiçoar-se porque a sua própria natureza o obrigava à evolução. Assim, as sociedades humanas que não dispusessem de meios para encetar um processo evolutivo estavam automaticamente condenadas a degenerar. Circunstâncias diversas, em especial o clima, vícios, doenças, dietas alimentares e hábitos sociais representavam obstáculos ao progresso dos indivíduos e anulavam a capacidade de passar do estado selvagem ao civilizado. A simples exposição prolongada à acção dos raios solares nos trópicos era suficiente, segundo Cornelius de Pauw, para processar neles não só uma transformação fisionómica que os “desfigura[va]”, mas também provocar a destruição ou a alteração de certos órgãos, como o cérebro, o que afectaria as suas capacidades intelectuais (Cohen 125).

As explicações centravam-se agora, para utilizar a expressão da época, numa “semente” contida no homem original no momento da sua criação. Esta teoria defendida por Pierre Maupertuis foi também defendida pelo filósofo Kant para quem o meio ambiente podia fornecer a ocasião para novos desenvolvimentos hereditários, mas nunca podia ser causa directa deles. A variedade de respostas existia já, de forma latente e pré-ordenada, no homem ancestral, podendo ser evocada ou suprimida, conforme as exigências das condições de vida. Tais “sementes” estavam na origem da formação, da adaptação ao meio ambiente e da transmissão hereditária (Dias 130). Cada homem possuía todas as características possíveis, contendo o esperma do primeiro homem uma substância capaz de colorir os seres quer de branco quer de negro, mas era o meio, isto é, o clima, a alimentação, os costumes e hábitos diversos, que provocavam a pigmentação escura da pele nos africanos. Portanto, na origem estava a hereditariedade e o meio (Diderot and D’Alembert 347 e seg.).

A importância crucial da conjugação dos factores hereditários e do meio ambiente é igualmente sustentada no estudo intitulado *Dissertação sobre a variedade das cores da espécie humana*, apresentado à Academia Real das Ciências de Lisboa, a 30 de Janeiro de 1799. O manuscrito, cuja transcrição apresentamos em anexo, por razões que se

desconhecem não obteve nunca autorização para ser publicado. Apesar de ter sido apresentado anonimamente, como era regra da Academia para todos aqueles trabalhos que fossem submetidos ao parecer dos seus membros, é da autoria de Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho.⁹ Este nome, verdadeiro, falso ou mesmo abreviado carrega uma identidade que o aproxima de uma personalidade bem conhecido na época: José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco (1794) e de Elvas (1806-1818), membro da Academia Real das Ciências de Lisboa,¹⁰ onde apresentou muitas das suas memórias, autor da *Analyse sobre a justiça do commercio do resgate dos escravos da Costa de Africa*, onde defende a escravatura e o tráfico negreiro.¹¹ Seria Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro, sobrinho do bispo, que em 1799 se tornou bacharel em direito pela universidade de Coimbra? Não há certezas; apenas uma flagrante aproximação de apelidos que só nos permite fazer suposições.

O autor da *Dissertação* propôs-se discorrer sobre a razão das diferenças de cor dos homens e afirmava, logo de início, que, na formação do mundo, o “supremo autor do Universo” criou apenas um homem e uma mulher, com a mesma cor e que “este único canal da espécie humana foi o povoador de todo o Orbe”. Atesta, sem margem para dúvidas, a sua postura monogenista. Porém condenava, desde logo, “as ideias do vulgo” quando sustentavam que o negro descendia de uma raça amaldiçoada ou quando o colocavam entre os animais irracionais, por considerarem “impossível que o

⁹ O manuscrito A. 770 (*Catálogo das memórias apresentadas à Academia*, 1796, 1808) fornece-nos esses elementos (*Dissertação sobre a variedade das cores da espécie humana*, Coleção de memórias de Física, Lisboa).

¹⁰ A 18 de Abril de 1792 foi eleito Sócio Correspondente; a 17 de Março de 1794, Sócio Livre, e a 26 de Novembro de 1818, Sócio Honorário. A 4 de Maio de 1796, apresentou a *Memória sobre o Comércio de Escravatura* tendo ficado registado na sessão como “Jozé B [Bispo] de Pernambuco”.

¹¹ *Analyse sobre a justiça do commercio do resgate dos escravos da Costa de Africa* é impressa, pela primeira vez, em francês, em 1798, em Inglaterra. Só em 1808 a obra é autorizada a ser publicada em Portugal.

omnipotente Deus infundisse em um preto uma alma racional”.¹²

Aceitava o argumento dos efeitos climáticos “porque se não acham os pretos senão nos climas da terra em que todas as circunstâncias se tem reunido para produzir um calor constante e sempre excessivo”. Concluía mesmo que esse calor influía na resistência demonstrada pelos negros nas colónias onde, apesar de sujeitos a um clima quente, não se comparava ao da sua terra natal, que lhes imprimia uma cor “mais fixa e mais brilhante”. Mas, nem só a acção do ar era considerada factor determinante da cor. Era apenas um meio para a sua aquisição, porque “a origem dela é da geração”. Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho recorre às experiências do anatomista francês Littré e do naturalista inglês Holbe para afirmar ser a pele tanto mais escura, quanto mais exposta estivesse ao meio ambiente e que, no momento do nascimento, os fetos dos negros eram iguais aos dos brancos, começando a mudar a cor para uma tonalidade amarelada passado algum tempo, a que se seguia um escurecimento gradual. No entanto, afirmava, no momento do nascimento os negros apresentavam já essa cor amarelada na raiz das unhas e nos órgãos genitais, o que o levava a considerar que esta coloração e a acção do ar eram apenas “causas ocasionais”, tanto mais que, em qualquer parte do mundo, o negro mantinha a cor como “moléstia hereditária”.

¹² A mesma opinião surge bem definida num texto publicado no *Observador Portuguez*, em 1818, intitulado *Diferença das cores e configuração nos homens*, onde influências várias surgem a determinar as diferenças “de cor, talhe, feições, costumes e gostos” que se verificam “na espécie única dos Homens” e que “naturalistas, minimamente precipitados em seus juízos chegaram a afirmar que ela se dividia em muitos géneros de diversa origem”. Estamos perante um autor convicto de que o homem era de uma criação distinta e mais elevada do que a dos animais, sendo os tipos raciais apenas variedades de uma só espécie (“Diferença das côres” 105-118). Segundo Jill Dias, que fez um estudo detalhado sobre este documento, este foi o único ensaio sobre a questão das “raças” humanas, publicado neste semanário, não se sabendo se o texto resultou de uma encomenda, se é um original ou uma tradução. A sua publicação surge inserida nas lutas intelectuais da época entre os monogenistas e poligenistas sobre as origens das diferenças biológicas e culturais humanas.

Esta seria a razão que levou os anatomistas a tentar descobrir em que parte do corpo humano residia afinal a origem da cor.

Da pele à bÍlis, que também seria negra, passando pela própria constituição sanguínea, surgiram diversas opiniões quanto à sua localização. Se de facto assim era, observava o autor português, a questão principal continuava por resolver, dado que se desconhecia a razão que justificava a cor escura do sangue e da bÍlis dos negros. Estava convicto de que estes órgãos tinham um tom mais ou menos escuro consoante a exposição ao calor. Daí as variações de tonalidades dos povos que “são tanto mais brancos quanto habitam mais chegados aos pólos” e, pelo contrário, “mais denegridos quanto mais se avizinham da zona tórrida”. Por isso, não eram nem o sangue nem a bÍlis as “causas primárias e únicas” da cor negra. Em conjunto, o clima, a alimentação, a atmosfera viriam a “constituir uma alteração que habitualizada é a sucessão das gerações e uma vez que parece a ser natural, parece ser indisputável a sua perduração”. As alterações eram reconhecidas até pelos fluidos da transpiração, que provocavam um cheiro intenso, vulgarmente designado “catinga”, e que resultava de uma alteração do “retículo existente entre a epiderme e a pele”.

Assim, concluía que “tendo-se alterado os sólidos e também os fluidos pelas causas expostas, nesse sobredito reticulo, reside a cor e nele se deve ter segregado o fluido em que reside e que só se deve perder quando estas alterações de sólidos e de fluidos se desvanecerem”. Esta alteração só se viria a perder pelo “misto das naturezas”, isto é, através das gerações. Concluía que a cor era “uma coisa acessória e não natural e que tiradas as causas acidentais se perde a naturalidade adquirida e se amolda aos outros climas”. Assim, a alteração da cor nos negros em climas frios seria idêntica à dos brancos em países da zona tórrida (*Dissertação sobre a variedade das cores* t.VI, nº 12, ms. A. 378, 345-348).

No fim do século XVIII, o paralelismo estabelecido entre o físico e o carácter já não era uma simples coincidência, mas uma relação de causa e efeito. Georges Cuvier proclama

mesmo a existência de um vínculo entre raça e sociedade: “A raça branca de rosto oval, cabelos compridos e nariz saliente à qual pertencem os povos policiados da Europa, e que nos parece a mais bela de todas, é muito superior às outras pela força do génio, coragem e actividade” (Cohen 141). Julien Joseph Virey pauta-se pelos mesmos critérios ao afirmar que “todos os povos feios são mais ou menos bárbaros, porque a beleza é inseparável das nações mais policiadas” (132)¹³. Chega-se assim à hierarquia das raças e à conclusão de que esta é o factor que determina a diversidade de culturas. No decurso do século XIX esta correlação dependente dos factores biológicos era cada vez mais aceite nos círculos científicos europeus. A semelhante cor, semelhante carácter, o que equivalia a semelhante génio e civilização.

Em 1848, Victor Schoelcher, durante a campanha que proclamou o fim da escravatura em território francês, afirmava que a cor não fazia o homem (Schoelcher 139-154). Mas a sua voz não encontrou grande eco. E quando Julien Joseph Virey rompeu com a unidade do género humano, até aí apenas ameaçada, dividindo a humanidade em duas grandes espécies estabelecidas a partir da medida angular da maxila, Victor Schoelcher juntou-se aos adversários de Virey que exclamavam: “Duas espécies humanas! O número é pequeno mas o erro é grande” (54).

¹³ Virey acreditava existir certa analogia entre a maneira de pensar e a forma do corpo. Por esta razão, dividiu a raça humana em dois grupos, quanto aos seus caracteres gerais: os belos e brancos, e os feios e escuros ou negros.

N.º 12.

N.º 2
345

Dissertação sobre a Harmonia da cor:
Côrte da especie humana.

Todos sabem que o Supremo
Autor do Universo não criou
formas do mundo mais do que hum
homem e huma m.ª orquay, porem
que devesião ter huma p.ª Cor: igual
m.ª sabemos, q' este unico Canal da
especie humana foi o Corador de
tudo o Orbe: Pergunta-se agora
de donde proviã a differença da Cor
de humo; ou por q' razão hum são bran-
co, e outro preto? E aqui a questao
sobre que eu com discursos e cujo re-
sultado fugiã ao p.º e judiciozo
voto do eruditissimo Socio desta
Real Academia.

Dizemõs a idea do vulgo q' d'iz
que o Preto he o filho por descendẽ
da Adamaõ do Cham finteley de
Noé: p.ºciendãõs igual m.ª da q'ri:

ANEXO

- fl. 345 Dissertação sobre a Variedade das Côres da especie humana.

Todos sabem que o Supremo Autor do Universo não criou na formação do mundo mais do que hum homem e huma *mulher* os quais parece que deverião ter huma só côr; igualmente sabemos, *que* este único casal de todo o Orbe: Pergunta se agora de donde provira a diferença das côres dos homens; ou *porque* razão huns são brancos, e outros pretos? Eis aqui a questão sobre que eu vou discorrer, e cujo rezultado sugeito ao *prudente* e judicioso exame dos eruditissimos Socios desta Real Acdemia.

- fl. 345v.º Deixêmos as ideas do vulgo *quando* dis que o Preto he o assim por descender do amaldiçoado Chain *filho* infeliz de Noé: pruin্দâmos igualmente da opi//nião daquelles sabios que dizem que hé impossivel que o Omnipotente Deos infundisse em hum Preto huma alma racional: pois taes ou nada entendem das Sciencias; ou fallão por ironia, ou se se quizer dizem que descorrião *seriamente* então atrevo-me a proferir que erão homens de pouca Fé, e que duvidarão da Omnipotencia do Nosso Deos.

- fl. 346 Quanto a mim parece-me *que* a Côr hé hum mero effeito do Clima; *porque* se não achão os Pretos senão nos Climas da Terra, em que todas a Circunstancias se tem reunido *para* produzir hum Calor constante, e sempre excessiuo: esta temperatura hé tão *necessaria* não sómente á produção, mas mesmo á Conservação dos Negros; *que* se tem obsevado nas nossas Colonias *que* ainda que o Calôr seja forte

comtudo não iguala ao Calor// do Senegal, no qual a Côm hé mais fixa, e mais brilhante, e *que* por isso os recém-nascidos se conseruão por alguns dias em Camaras fechadas, e aquecidas afim de conservarem a Côm não só mais fixa, mas *maneira* para obviar a impressão da athmosfera, que não sendo Correspondente lhes cauza Conuulsão, e algumas vezes a morte.

Monsieur Littre celebre Anathomico Frances na Era de 1702 fez huma dicesão em hum Negro de pouca idade o qual não tinha ainda a glande descoberta, e que a porção que ficaua coberta com o prequeio era *perfeitamente* branca, e a extremidade descoberta negra: desta observação me parece que se deve conluir que a Acção do ar concorre *muito para* a negrura dos Pretos.

fl. 346v.º Os fetos quando nascem são dotados de huma côm avermelhada quazi identica com a côm dos fetos dos bran//cos, mas paçados tres, ou quatro dias a cor muda, paça para hum amarelo embaçado, que se vai offuscando pouco a pouco, e no nono ate o duodecimo dia adquirem a côm *perfeitamente* negra.

fl. 347 Esta côm amarella offuscada, que adquirem os fétos não se deve contemplar, senão como cauza occasional da sua negrura; e ainda que *Monsieur* Holbe Celebre Naturalista Igles observasse que os *filhos* dos ttotentotes nascião tão brancos como os dos Europêos, e que só depois de adquirirem a amarelidão que alguns contemplão como huma especiei de Ectiricia paçavão á Côm de azeitona madura, comtudo esta amarillidão talvez proveniente da impressão do ar devem juntas ser contempladas como Cauzas occasionaes; porque se notta que os fetos dos Negros no instante do nascimento

tem esta côr na raiz das unhas, e nas partes//
genitae.

A aução do ar, e a ammarrellidão podem servir como meios para se adquirir esta côr, sendo certa que a Origem della hé da geração; porque em qualquer Paiz do Mundo que nasce hum Preto sempre hé-o tal, e esta Côr só tem algumas variaçoens pela serie das Geraçoens, e em Consequencia o Paiz Natalicio dos Negros sendo hum Clima constantemente quente tem naturalizado nos seus habitantes esta alteração, que bem como huma molestia hereditaria acompanhada sempre das *mesmas* Cauzas se perpetua naserce das geraçoens vindo a ser natural.

fl. 347v.º Por isso os Anathomicos tem indagado, em que parte dos Tegumentos dos Negros rezidia a Côr. Huns perttendem, *que* nem a pélle, nem a epider// epiderme [*sic*] era a sede, mas sim a Membrana reticular, que se acha entre a epiderme, e a pélle, e que esta membrana lavada, e posta em maceração por longo tempo conserva sempre a Côr negra; tanto que a pélle hé da *mesma* côr que a dos Europêos.

Moncieur Torrans tem pertendido, com outros muitos, que a Côr dos Pretos era devida ao seu sangue; por isso.

fl. 348 Moncieur Barrere querendo virificar este facto dis com *Moncieur* Winslow que a Epiderme dos Pretos hé negra, e que se tem apparecido branca aos que a tem examinado hé por Cauza da sua extrema// finura, e que esta Côr da Epiderme e da pélle hé produzida pela bilis, que não tem a Côr amarella, mas sim prêta, como julgou verificar se em muitos Cadaveres de Negros que dessecou em Caiena.

A billies com effeito extravazando se da masa do sangue para a preferia do Corpo fas adquerir a toda a pélle huma Côr amarella, e se a bilis fosse negra da mesma Côr seria o Corpo dos Brancos mas a hypotheze de Barrere, e dos outros que pertenden que a billes seja a Cauza da Côr dos Pretos não hé em nada sufficiente para explicar o phenomeno; porque o sangue e a billes dos Pretos era mais negra.//

fl. 348v.º O factio verdadeiro de que lanco mão hé que o sangue, e a billes tem a cor escura a porpoção da temperatura da habitação, e por isso nós temos em o nosso mesmo Paiz variaçoens de côr proporcionaes á expozição das Provincias; e sabem todos que *geralmente* fallando os Povos são tanto mais brancos quanto habitão mais chegados aos Pólos, e pelo contrario elles são mais denegridos quanto mais se avizinhão á zona torrida.

fl. 349 Posto isto digo que não contemplo a billes só por só extravazando se como cauza primaria, e única da negrura, nem tão pouco o sangue: o Clima, como dice influe *essencialmente* sobre o geral de toda a Maquina: o alimento da mesma// sorte: a Athmosfera influe infinito sobre os tegumentos, cujas influencias todas unidas vem a consituir huma alteração, que habitualizada hé *natural* a sucessão das geraçoens, e huma vez *que* pace a ser natural, parece ser indesputavel a sua perduração. A prova mais forte que há de *que* a expozição do Clima, e o alimento são as duas cauzas primarias de toda a alteração

fl. 349v.º habitualizada nos Negros hé a *Constante* Gradação de Côr proporcional sempre á intensidade, e constancia de Calôr estacionario, e sendo a habitação dos Entes que cidem á

alimento accomadada sempre á temperatura, e constancia do Clima, segue-se *que* este, e o alimento alterão, e habitualizãõ// nas geraçoens esta alteraçãõ, e a devem conservar vista a *naturalidade* adquerida nos outros climas, a qual *naturalidade* só se pode, e deve perder pelo mixto das naturezas, e hé tão certo *que* por quatro geraçoens sucessivas de preto e branco, ou viceversa cazando constantemente as filhas com brancos se devanece esta alteraçãõ e ficãõ absolutamente brancos, como ate as nossas Leis parecem concidera-los, isto pois julgo que prova bastante que a Cõr hé huma coiza accessoria, e não *natural*, e *que* tiradas as Cauzas accidentaes se perde a *naturalidade* adquerida, e se a molda aos outros Climas; e por isso mesmo os prétoes se aclarãõ mais não obstante ser a sua alteraçãõ como naturalizada, e esta mudança que os pretos fossem nos Paizes frios hé et fris paribris porpocionda á mudança que fossem os brancos nos Paizes quentes, e da Zona torrida.//

fl. 350

O fenomeno *que* eu muitas e muitas vezes tenho observado hé *que* os fluidos que sahem pela transpiraçãõ tem huma tal alteraçãõ que se conhece muito bem pelo cheiro a *que* os Americanos chamãõ – Catinga – o qual cheiro, quanto á mim, rezide geralmente em todo o reticulo existente entre a epiderme, e a pele; este fluido existente no *dito* reticulo tem mais de oleozo, do *que* de lymphatico.

Logo devemos concluir forçozamente, *que* tendo se alterado os solidos e tambem os fluidos pelas cauzas acima expostas, neste sobredito reticulo rezide a Cõr, e nelle se deve ter segregado o fluido, em *que* ella rezide, e *que* só se deve perder quando estas alteraçoens de solidos, e de fluidos se desvanecerem.//

Obras citadas:

Ayres, Christovam. *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.

Azeredo Coutinho, José Joaquim da Cunha de. *Analyse sobre a justica do commercio do resgate dos escravos da costa da Africa*. Lisboa: J.R. Neves, 1808.

Blanckaert, Claude. "L'homme enraciné." *Les Cahiers de Science et Vie* 46 (1998): 54-55.

Buffon, M. de. *Histoire Naturelle*. 5ª ed. Vol. VI. Paris: De L'Imprimerie Royale, 1752.

Cohen, William A. *Français et africains. Les noirs dans le regard des blancs, 1530-1880*. Paris: Gallimard, 1981.

Davidson, Basil. *Mãe Negra*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

Dias, Jill R. "Um contributo para a Divulgação em Portugal do Debate Europeu sobre a Raça." *Ethnologia, Revista do Departamento de Antropologia* 3-4 (1995): 121-137.

Diderot and D'Alembert. *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. 2ª ed. Paris: Vincent Giuntini Imprimeur, 1751-1772.

"Diferença das côres e configuração nos homens." *Ethnologia, Revista do Departamento de Antropologia*. Transcrição, anotação e comentário de Jill R. Dias, 3-4 (1995): 105-118.

Dissertação sobre a variedade das cores da espécie humana. Nº 12. ms. A. 378. Colecção de memórias de Física, Lisboa.

O Filósofo Solitário. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1786.

Hoffmann, Léon-François. *Le nègre romantique. Personnage littéraire et obsession collective*. Paris: Payot, 1973.

Lauthenas, François-Xavier. "M. Lamiral refuté par lui même, ou reponse aux opinions de cet auteur sur l'abolition de la traite des noirs, suivie de quelques idées sur les

etablissemens libres que la France doit point differer de faire au Sénégal.” *La Révolution Française e l'abolition de l'esclavage. Textes et documents. 1790. Vol. VII.* Paris: Editions d'Histoire Sociale, 1968.

Loureiro, Pe. João. “Exame físico e histórico. Se há ou tem havido no mundo diversas espécies de homens?” *Memórias de Matemática e Física da Academia Real das Ciências de Lisboa. Vol. II.* Lisboa: Tipografia da Academia, 1799.

Montesquieu. *L'Esprit des lois.* Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1849.

Pigafetta, Filippo , and Duarte Lopes. *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas.* Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

Pimentel, Maria do Rosário. *Viagem ao Fundo das Consciências; A Escravatura na Época Moderna.* Lisboa: Colibri, 1995.

Schoelcher, Victor. *Des colonies françaises. 1842.* Paris: Pagnerre Éditeur, 1976.

Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923.

Virey, J. *Histoire naturelle du genre humaine. Vol. I.* Paris: l'Imprimerie de F. Dupart, IX, p.132.